

Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

Wendell Clemente de Oliveira

**COMUNIDADE KALUNGA: ECOTURISMO E EDUCAÇÃO
AMBIENTAL PARA A PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

BRASÍLIA - DF
2014

WENDELL CLEMENTE DE OLIVEIRA

**COMUNIDADE KALUNGA: ECOTURISMO E EDUCAÇÃO
AMBIENTAL PARA A PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Monografia apresentada à Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Orientadora: Prof^a PhD. Analúcia Sulina Bezerra

Brasília-DF

2014

OLIVEIRA, Wendell Clemente de. Comunidade Kalunga: Ecoturismo e Educação Ambiental para a Preservação da Biodiversidade/ Wendell Clemente de Oliveira – Brasília – DF, 2014.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2014.

Orientadora: Prof^ª. PhD Analúcia Sulina Bezerra, Departamento de Educação.

1. Legislações que tratam da educação ambiental. 2. A realidade das políticas públicas para o meio ambiente. 3. A ética na educação ambiental. 4. Lixo e cidadania: a reciclagem como fator de preservação ambiental e qualidade de vida para os kalungas.

WENDELL CLEMENTE DE OLIVEIRA

**COMUNIDADE KALUNGA: ECOTURISMO E EDUCAÇÃO
AMBIENTAL PARA A PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça do aluno Wendell Clemente de Oliveira.

Professora PhD. Analúcia Sulina Bezerra – Orientadora
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – UnB

Professora Dr^a Catarina Almeida - Examinadora
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – UnB

Brasília-DF, 9 de junho de 2014.

Para minha eterna avó, Maria Clemente Galvão (*in memoriam*), minha querida mãe, Maria Nazareth Clemente de Oliveira. Minha amada esposa, Arlene da Silva Feitosa, e principalmente a Maria Luiza nossa querida filha.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão importante, agradeço a Deus pela oportunidade de concluir mais um curso. Ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e aos colegas da Ajudância-Geral, pela contribuição que me deram de forma direta ou indireta.

Aos professores do Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça da Universidade de Brasília, em especial a professora Ruth e ao professor Francisco, pela paciência e pelo auxílio nessa tarefa acadêmica.

À professora orientadora Analúcia Sulina Bezerra, pelo incentivo, simpatia e presteza no auxílio das atividades e discussões sobre o andamento e normatização deste trabalho de conclusão de curso.

Enfim, obrigado a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que pudesse concluir, com êxito, este trabalho.

Não posso respirar, não posso mais nadar.
A terra está morrendo, não dá mais pra plantar.
E se plantar não nasce, se nascer não dá.
Até pinga da boa é difícil de encontrar.
Cadê a flor que estava aqui?
Poluição comeu.
E o peixe que é do mar?
Poluição comeu.
E o verde onde é que está?
Poluição comeu.
Nem o Chico Mendes sobreviveu.

Xote ecológico (Luiz Gonzaga)

RESUMO

Natural e inconscientemente o ser humano sempre procurou se integrar ao meio ambiente, levando-o a buscar novas ações e atitudes para conquistar o equilíbrio, indo de encontro às práticas que são embasadas pela exploração do ecoturismo. Sendo assim, a principal questão é se a conscientização ecológica pode ser iniciada de acordo com o desenvolvimento do ecoturismo. Este estudo enfatiza uma série de questões voltadas à Comunidade Kalunga, situada no Estado de Goiás, envolvendo ecoturismo e educação ambiental, que possa levar, conseqüentemente, à preservação da biodiversidade; bem como uma pesquisa de campo na comunidade do Engenho II. Inicialmente, mostraremos a localização, o fator histórico e fatos sobre os Kalungas; depois, efetuaremos o levantamento referente às legislações e ações das políticas públicas ligadas ao tema da pesquisa, abordando aspectos como meio ambiente, ética e educação ambiental; o problema dos resíduos sólidos no dia a dia dos Kalungas e a reciclagem como fator de preservação e qualidade de vida. Por último, analisaremos os dados levantados na comunidade do Engenho II através de um questionário aplicado nessa comunidade.

Palavras-chaves: educação ambiental, Kalungas, ecoturismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do roteiro da Chapada dos Veadeiros	12
Figura 2: Mapa da localização de Cavalcante no Estado de Goiás	13
Figura 3: Mapa do roteiro dos Kalungas	14
Gráfico 1: O que vem a sua cabeça quando você escuta a palavra ecoturismo? ..	33
Gráfico 2: Qual a importância do ecoturismo para comunidade do Engenho II?	33
Gráfico 3: Quais os impactos positivos e negativos do ecoturismo na comunidade do Engenho II?	34
Gráfico 4: Na sua opinião, o ecoturismo contribui para a educação ambiental da comunidade do Engenho II, isto é, a enfrentar e resolver problemas ambientais ...	35
Gráfico 5: O que tem sido feito com os resíduos materiais (lixo) produzidos pelo ecoturismo?	36
Gráfico 6: No seu entender, existem problemas ambientais na comunidade do Engenho II?	36
Gráfico 7: Você têm alguma atitude para melhorar as condições do meio ambiente?	37
Gráfico 8: Na sua opinião, o ecoturismo contribui para a sua educação ambiental, isto é, a enfrentar e resolver problemas ambientais?	37
Gráfico 9: Quais recursos a comunidade tem utilizado para discutir questões ambientais?	38
Gráfico 10: A comunidade desenvolve projetos na área ambiental? Quais?	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição dos resíduos sólidos na comunidade do Engenho II	31
Tabela 2: Preços obtidos da venda de materiais reciclados e alguns exemplos de aproveitamento	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.1 Delimitação do objeto e justificativa	17
1.2 Objetivos:	18
Objetivo Geral:	18
Objetivos Específicos:	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Legislações que tratam da educação ambiental	20
2.2 A realidade das políticas públicas para o meio ambiente	22
2.3 A ética na educação ambiental	25
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1 Lixo e cidadania: a reciclagem como fator de preservação ambiental e qualidade de vida para os kalungas	30
4.2 Análise dos resultados do questionário aplicado entre moradores e visitantes da Comunidade do Engenho II	33
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
A N E X O	43
Modelo de questionário	44

INTRODUÇÃO

No Nordeste de Goiás, vivem os Kalungas, a maior comunidade de remanescentes de quilombos do Brasil, numa área de 272 mil hectares, que compreende os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre no Estado de Goiás. Nesta área habitam mais de duas mil famílias, chegando a quase oito mil pessoas, organizadas em cerca de 60 comunidades em 42 localidades.

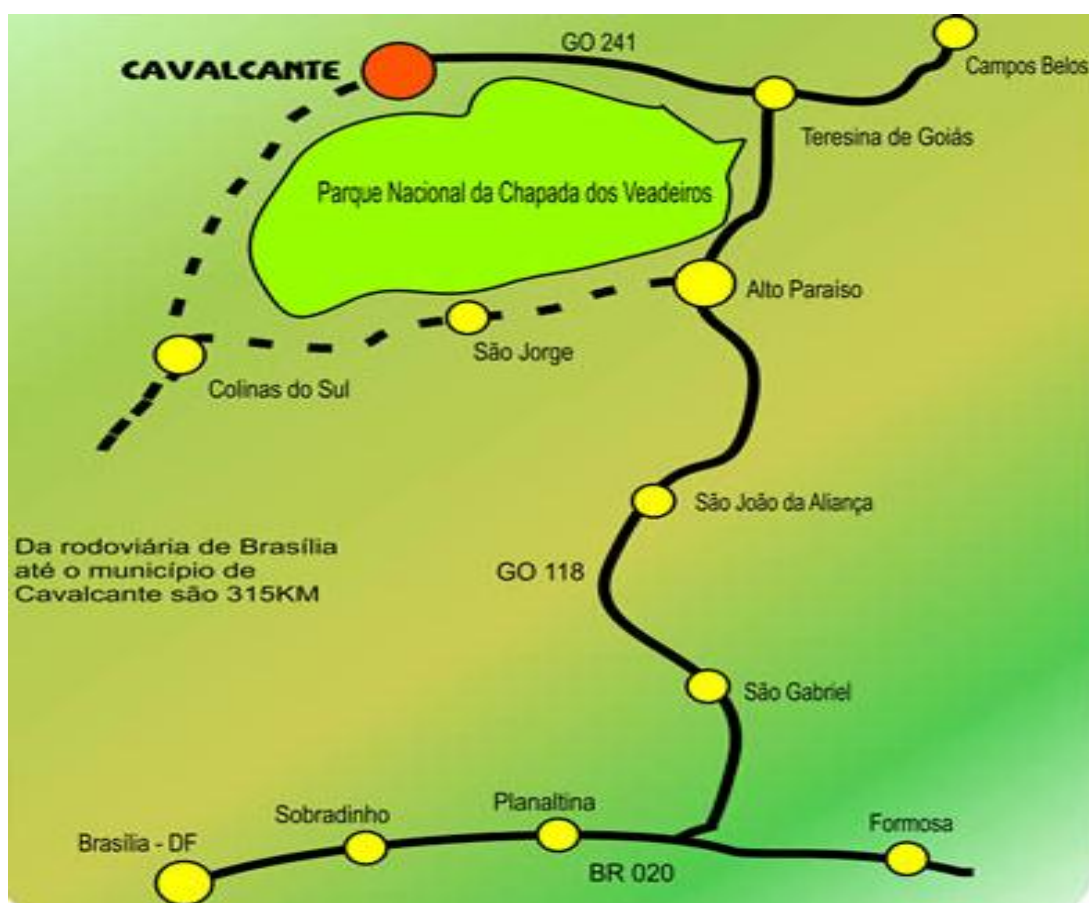


Figura 1: Mapa do roteiro da Chapada dos Veadeiros
Fonte: Disponível em www.pt.wikipedia.org. Acessado em 5 abr. 2014

Antes de demonstrar sua vocação para o ecoturismo, o município de Cavalcante era conhecido por abrigar um dos quilombos mais importantes do Brasil. Trata-se do povo Kalunga, presente no nordeste goiano há cerca de 200 anos. Os Kalungas ocupam uma área territorial de 272 hectares que englobam os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre.



Figura 2. Mapa da localização de Cavalcante no Estado de Goiás
Fonte: Disponível em www.pt.wikipedia.org. Acessado em 5 abr. 2014

Com cerca de 60 comunidades nativas divididas em 42 localidades e chegando a quase oito mil pessoas, os kalungas preservam uma cultura remanescente dos quilombolas, o Sítio Histórico do Patrimônio Cultural Kalunga é uma das maiores riquezas culturais do município de Cavalcante, e considerado o maior quilombo do Brasil em extensão territorial. São quatro os núcleos dos Kalungas: Vão de Almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois e Contenda.



Figura 3: Mapa do roteiro dos Kalungas
Fonte: Disponível em www.pt.wikipedia.org. Acessado em 5 abr. 2014

De acordo com Oliveira (2001), o povo Kalunga é uma comunidade de negros, originalmente formada por descendentes de escravos que fugiram do cativeiro e organizaram um quilombo, há muito tempo atrás, na região da Chapada dos Veadeiros, no norte de Goiás. O povo Kalunga já passou por muitas dificuldades para se manter no local e receber os benefícios legais da terra. Atualmente a luta do povo quilombola Kalunga é buscar os benefícios a que tem direito e ainda não alcançou.

As dificuldades dos Kalungas parecem não estar restritas apenas a essa área. Conforme José Maurício Arruti, antropólogo que tem pesquisado os quilombos no Brasil, as dificuldades desses grupos:

são uma mescla das dificuldades comuns às comunidades camponesas com as dificuldades típicas da população negra em geral. E estas dificuldades são históricas, de acesso aos serviços e políticas públicas, incluindo aí a saúde e a educação, o que lhes deixam em situação muito desfavorável nos arranjos de poder local; racismo institucional que lhes dificultam acessarem a justiça ou os círculos sociais da sociedade dominante (2010).

Remontando um pouco na conformação histórica dos Kalungas, é importante dizer que as minas de ouro da região possuíam mais de 9 mil escravos. Os negros fugitivos do litoral e do arraial de Cavalcante se escondiam nos grotões e vãos da serra do Vale do Paranã, com clima, fauna e flora apropriados ao povo Kalunga que ali sobreviveram isolados por mais de 150 anos sem contato com a civilização.

A reclusão do povo Kalunga foi a principal forma de defesa contra a civilização dos brancos, na qual os senhores de escravo poderiam querer de novo reduzir os quilombolas à escravidão. Esse isolamento foi uma forma de ter mais força, manobra que permitiu conservar seu modo de vida tradicional e sua identidade própria. Com o passar do tempo, a reclusão também acabou sendo o seu ponto fraco. Quando a escravidão foi abolida, os Kalungas já não teriam mais razão para se manterem afastados do resto da sociedade brasileira.

Porém foi a sociedade brasileira que terminou se afastando do povo Kalunga. Segundo Arruti (2010): “a sociedade brasileira, simplesmente, deixou eles (Kalungas) viverem largados”. Assim, o povo Kalunga foi ficando longe dos benefícios que o progresso trazia para os outros brasileiros. Porém, nos últimos trinta anos, a partir da década de 70, o povo Kalunga foi sendo obrigado, cada vez mais, a entrar em contato com a civilização. E, conforme isso foi acontecendo, eles foram sentindo que estavam desprotegidos e despreparados para lidar com o mundo civilizado. Eles não tinham recursos para enfrentar as ameaças que aquele mundo representava, defendendo seu modo de viver e sua cultura. E nem sabiam como lutar pelas coisas que aquele mundo podia oferecer e que até então parecia tão distante deles.

Atualmente, os kalungas vivem em comunidades em território tombado e demarcado pelo Governo do Estado de Goiás e titulado pelo Governo Federal. Além de Cavalcante, o território Kalunga estende-se também para municípios vizinhos da Chapada dos Veadeiros que são: Monte Alegre e Teresina de Goiás. Ainda hoje, é possível observar na população de Cavalcante pessoas com traços de seus descendentes de africanos.

Cuidar do meio ambiente é responsabilidade de todos e a comunidade Kalunga não foge à regra. Por essa razão, ela tem desenvolvido projeto de políticas públicas voltado à educação ambiental, em especial, no município de Cavalcante, local favorável ao processo holístico na educação ambiental. Sabe-se que é uma área onde desenvolve o turismo rural, por ser uma localização privilegiada no cerrado da Chapada dos Veadeiros, onde se encontram serras, rios, cânions e cachoeiras, além dos artesanatos, danças e outras manifestações culturais do povo kalunga, recebendo muitos turistas anualmente, que são grandes geradores de resíduos sólidos.

Apesar de sua preocupação com o meio ambiente e com a educação ambiental ainda é necessário ser desenvolvido um trabalho no sentido de envolver a comunidade dos kalungas, no município de Cavalcante, tanto para que essa situação seja modificada como para formar novos hábitos nos moradores e visitantes que frequentam a comunidade dos kalungas.

Isso servirá não apenas para a melhoria das condições de vida dos Kalungas como para fazer valer o inciso VI do art. 225 da Constituição Federal de 1988 que diz que se deve: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Segundo Philippi (2011, p. 88):

A educação ambiental é a prática da própria educação e, para que ela seja implantada é necessário que o educador tenha capacidade de formular métodos eficazes de soluções dos problemas ambientais, com a participação efetiva da população, sempre visando o bem estar e a qualidade de vida dessa população.

Segundo Machado (2012, p. 189-159):

Quando dispõe que será através de ações conjuntas entre o Estado e a coletividade que a defesa e a preservação do meio ambiente se concretizarão, alcançando assim, o preceito constitucional que prevê

o direito a um meio ambiente equilibrado a todos, onde qualquer dano ambiental não poderá ser maior que a capacidade de regeneração dos recursos.

1.1 Delimitação do objeto e justificativa

De acordo com Santos (2009):

nos dias atuais é comum ouvir a expressão quilombolas, ou remanescente de quilombo. Falar dos quilombos e dos quilombolas no atual contexto é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção.

Tratar dos quilombos é também falar de um modo de vida em constante reorganização, porque são receptores de políticas públicas diferenciadas, principalmente no que respeita a delimitação, a demarcação e a preservação de seus territórios.

Todos os anos a comunidade dos kalungas recebe um grande número de turistas interessados em conhecer o sítio histórico e suas atrações naturais, gerando uma preocupação maior em relação ao impacto ambiental, principalmente aos resíduos sólidos deixados pelos visitantes.

A falta de uma política ambiental na comunidade dos kalungas poderá acarretar degradações ao meio ambiente, que muitas vezes são irreparáveis, levando à extinção de vários recursos; surgindo a necessidade da educação ambiental para poder orientá-los de forma a cuidar e proteger melhor os recursos naturais que se encontram nessa comunidade.

Daí a importância de se fazer esse estudo, visando subsidiar e contribuir na qualificação da comunidade para gerir as políticas públicas de desenvolvimento sustentável, no caso as políticas de resíduos sólidos. Desse modo tornando-a capaz de dar continuidade ao processo de educação ambiental com foco em resíduos sólidos como tem tentado colocar em prática.

Com o aumento do número de turistas nas áreas dos Kalungas, acaba por aumentar, nessa região, a utilização de produtos industrializados, que gera um volume exagerado de resíduos sólidos descartados de forma incorreta no meio ambiente e o depósito de esgotos a céu aberto, devido à falta de fossas ecológicas, causando um impacto direto ao ecossistema local, destruindo a biodiversidade e os

recursos hídricos; e essa influência antrópica compromete a capacidade natural regenerativa e autossustentável desse bioma do cerrado, a Chapada dos Veadeiros.

Nesse contexto, delineamos nossa pesquisa a partir do questionamento: Como os kalungas trabalham a educação ambiental em vista da conservação e da preservação da biodiversidade de seu território?

1.2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral:

- Descrever e analisar a proposta do Quilombo dos Kalungas com relação à educação ambiental com a sua comunidade.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Analisar as questões ambientais na comunidade dos Kalungas no Município de Cavalcante – Goiás;
- Refletir sobre a educação ambiental e os elementos da cultura da comunidade Kalunga.

Diante desses objetivos de pesquisa, o presente texto pretende refletir sobre a educação ambiental que constitui numa estratégia pedagógica desenvolvida na comunidade dos Kalungas, especificamente no Engenho II, no município de Cavalcante, no estado de Goiás. Analisará a legislação pertinente a políticas públicas de educação ambiental assim como abordará outras discussões sobre meio ambiente, ética e educação ambiental. Também discutirá o problema dos resíduos sólidos no dia a dia dos Kalungas e a reciclagem com fator de preservação e qualidade de vida. Por último, analisará os dados levantados na comunidade Engenho II através de um questionário.

Sobre esse ponto é importante dizer que os dados aqui apresentados são preliminares, pois uma pesquisa mais aprofundada não nos foi possível devido à

exiguidade do tempo, tendo sido realizada em apenas dois meses. Esclarecemos também que ela contou com o apoio da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente do município de Cavalcante – GO.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender a importância da educação ambiental na comunidade dos kalungas, esta pesquisa inicialmente faz uma apresentação das legislações que tratam da educação ambiental, depois descreve a área de estudo e a importância desta ferramenta para conscientização dos kalungas e os frequentadores do sítio histórico.

2.1 Legislações que tratam da educação ambiental

No Brasil a educação ambiental tornou-se Lei no dia 27 de abril de 1999, especificamente, façamos referência à Lei Federal nº 9.795 (Lei da Educação Ambiental), na qual em seu art. 2º afirma que:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Com o passar dos anos a educação ambiental vem despertando em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio em que vive, ou seja, necessitamos do meio ambiente para existir. Com isto ela mudou a visão antropocêntrica, que dizia que o homem é o centro de tudo, esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante. Desde o início, o homem necessitava de novos recursos tecnológicos para sobreviver ao ambiente que o cercava, e um destes recursos foi o fogo, o qual foi o instrumento que mais trouxe modificações à natureza juntamente com o lixo.

Podemos relacionar diversos conceitos em relação à educação ambiental, entre eles o expresso no art. 1º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – Lei da Educação Ambiental, que diz:

Processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política.

Segundo Dias (1992, p. 50):

A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação.

Segundo Manzochi e Trajber (1996, p. 37):

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interrelações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem que o tema meio ambiente seja de cunho transversal. Os PCNs incorporam a tendência da transversalidade para:

Compor um conjunto articulado e aberto a novos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. O currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais (Brasil, 1997, p.25).

Os problemas causados pelo aquecimento global levaram vários governantes do mundo a refletir sobre a necessidade de impulsionar a educação ambiental. O cenário é muito preocupante e deve ser levado a sério, pois as consequências vão atingir a todos, sem distinção. O tema Educação Ambiental leva a todos a tratar de um processo pedagógico participativo permanente para incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, estendendo à sociedade a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais, principalmente no ambiente em que fazemos parte.

Aquele indivíduo que pratica a educação ambiental no âmbito de ensino é conhecido como educador ambiental e não necessariamente se trata de um mestre ou professor. Qualquer indivíduo da sociedade pode se tornar um educador ambiental desde que tenha seu trabalho voltado aos temas ligados ao meio ambiente. Em se tratando de coletividades que desenvolvem uma relação especial com um território, como os Quilombos, o tema da educação ambiental torna-se uma condição necessária para sua manutenção. Conforme Arruti (2010), os Quilombos possuem características comuns tais como:

formam comunidades em um sentido sociológico, por serem compostas de um número limitado de participantes e por estes estarem ligados por complexos laços de parentesco e aliança, assim como por usarem suas terras em regime de uso comum, quase sempre sem terem a devida documentação delas.

2.2 A realidade das políticas públicas para o meio ambiente

O que poderia ser política pública? Seria um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade, garantindo os direitos aos cidadãos e reduzindo suas desigualdades.

Mas para entender melhor de política pública, é necessário conhecer a sua definição. Binswahger (1997, p. 180) diz que:

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

Segundo Araújo e Lima (2008 p. 6):

é quando as decisões tomadas são elaboradas por pessoas ou grupos, os quais possuam valores, interesses, opções e modos diversos de enxergar o mundo. No tocante às políticas públicas quanto à administração, essas devem ser vistas como resultados de

disputas entre atores distintos, e para que elas garantam direitos precisam ser bem acompanhadas e debatidas pela comunidade e o poder público, para se alcançar os objetivos almejados nas decisões discursadas diante das necessidades propostas em relação às visões de mundo.

A partir dessa definição podemos retratar que as políticas públicas constituem propostas do Estado formuladas com o objetivo do cumprimento de seu papel institucional e indelegável de atuar na promoção do bem-estar de todos, especialmente pela responsabilidade, pela universalização dos direitos elementares à cidadania, tais como educação, saúde, habitação, saneamento, urbanização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e, em caráter supletivo, assistência social. Quanto mais injustas as estruturas estabelecidas numa sociedade maior a necessidade de intervenção positiva do Estado no sentido da regulação e proteção social, o discurso do “Estado-Mínimo” comparece absolutamente inadequado à realidade dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde se encontram, no meio social, parcelas significativas de marginalizados, ou melhor, de pessoas que vivem à margem dos benefícios produzidos pela sociedade.

A modificação da realidade social, todavia, não se dá apenas com a formulação de políticas públicas, mas, sim, com a canalização dos recursos públicos necessários à implementação dos objetivos, diretrizes e estratégias destinadas à sua respectiva execução. Vale dizer que, para que as políticas públicas traçadas não permaneçam como meras declarações retóricas, há a necessária de previsão dos recursos orçamentários indispensáveis ao financiamento das mesmas. Daí a compreensão de que o lugar da cidadania é no ordenamento jurídico e nos planos governamentais, mas também nos orçamentos públicos federais, estaduais e municipais.

Vejam os que a Política Pública garante os direitos aos cidadãos e, com isso, reduz a desigualdade social. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, o seu art. 7º afirma que todos são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção, sem qualquer distinção. Esse direito e garantia foi expresso no art. 5º da Carta Magna de 1988, a qual denomina direito e garantias fundamentais, e que, por sua vez, esse artigo confere e reconhece o direito do cidadão à educação, à saúde, à moradia, mas para que passe a valer de fato se faz necessário que haja políticas concretas

traduzidas em plano de ações compostos por programas e projetos. O poder Executivo é o principal responsável por garantir as políticas públicas, seja ele, federal, estadual ou municipal. Foi através da Constituição, que se ampliou a descentralização político-administrativa, estabelecendo competências para esses três níveis de governo. Porém, a sociedade civil participa dessa elaboração e da gestão dessas políticas por meio de Conselhos, no âmbito de suas competências: municipais, estaduais ou federais. A sociedade preenche essa função a partir de movimentos, organizações e fóruns, também pode participar dessa execução por meio de convênios. Enquanto que as diretrizes e os critérios devem ser definidos publicamente.

O crescimento desordenado das cidades e o aumento acelerado da população no meio urbano criaram sérios problemas ambientais e passaram a exigir soluções voltadas para o crescimento sustentável, no âmbito das políticas públicas, e estas, por conseguinte, promovem a sustentabilidade, na forma do consumo, a fim de não agravar esses problemas e que seja ambientalmente saudável.

Podemos questionar se o homem atual será capaz de impor limites, quebrando uma cadeia de consumo exagerado que retorna ao meio ambiente em forma de poluentes quando não tratados, como, por exemplo, os resíduos sólidos, que provocam a emissão de gases tóxicos.

Sendo assim, torna-se necessário levar em conta o tipo de sociedade que se deseja construir em face desse consumo exagerado, produzido através do consumo. Não se pode olvidar que os recursos naturais possuem um limite, sendo assim, os problemas que podem vir a atingir o espaço urbano e rural devem ser estudados com tomadas de decisões realizadas corretamente, para que essas ações possam ser consideradas como um desenvolvimento sustentável ou uma meta próxima a ser alcançada, se concebível ainda nesta geração. O objetivo do desenvolvimento sustentável, gerado pela reciclagem, dentre outras formalidades, tem por finalidade a não degradação e a não poluição do meio ambiente, motivando dessa feita a preservação e a proteção da natureza. Quando não se respeita a causa, as gerações futuras passam a ser herdeiras de um meio ambiente sintético, perigoso e, conseqüentemente, insubsistente.

Nessa contradição, uma análise da defesa do meio ambiente artificial, representado pelas zonas urbana e rural, passa a existir, em sua função social, a preservação, levando-se em conta a dignidade e a qualidade de vida do homem da cidade e do campo, este último, como seu legítimo guardião, quando educados.

Todavia, nas decisões em relação à política e às políticas públicas sempre existem notoriamente suas distinções. E, nem toda decisão na política possui cunho característico de uma política pública. As decisões tomadas na política, sempre serão uma escolha dentro de um leque de alternativas. Já na política pública, serão englobadas as decisões políticas, podendo ser entendida como sendo um nexo entre a teoria e a ação. Esta última está relacionada com questões de igualdade ao direito e liberdade à satisfação dessas necessidades básicas, como: a habitação, o transporte, o emprego, a educação, a saúde, acesso à terra e ao meio ambiente, entre outras.

2.3 A ética na educação ambiental

A perspectiva desse componente da pesquisa se faz necessária devido aos problemas ambientais em relação à educação e abrange uma universalidade, dinâmica, incluindo aspectos éticos, culturais, históricos, sociais e econômicos. Com isso, não se pode limitar a educação, necessariamente, esta requer ambiente para que se possa compreender, avaliar e melhorar a diversidade da sociedade e da natureza, frente a uma circunstância tão complexa, atualmente experimentada sob forma de intervenção relacionada às questões ambientais, por meio do processo educativo.

O meio ambiente é visto como um elemento indispensável para se conseguir criar e aplicar formas, cada vez mais sustentáveis dessa interação social, como ponto de apoio às soluções dos problemas ambientais já existentes. Evidentemente, a educação solidária não é totalmente suficiente para mudar esses rumos, mas também, pode ser solução às inúmeras questões ambientais. Sabe-se que a condição necessária à educação ambiental tem sido abordada e definida em diferentes países, ao longo desses últimos anos, quando grupos significativos de especialistas e estudiosos de diferentes áreas se cercam de conhecimentos. Esses

profissionais, além da dedicação à educação ambiental em seus estudos, têm chegado a algumas conclusões satisfatórias.

A educação ambiental foi lançada oficialmente, em nível mundial, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Nela foi discutida a questão da educação em relação ao meio ambiente, e se estabeleceu, segundo Guimarães (1984, p. 215), uma nova abordagem multidisciplinar, que aponta como solução uma “nova área do conhecimento, abrangendo todos os níveis de ensino, incluindo o nível não formal, cuja finalidade é a de sensibilizar a população para os cuidados ambientais”.

Foi a partir dessa educação ambiental, que seu conceito tem sido defendido de diversas formas. Dias (1998), por exemplo, define a educação ambiental como “um processo que se deve objetivar a produção de cidadãos cujos conhecimentos acerca do meio ambiente biofísico e dos problemas associados, possam alertá-los e habilitá-los a encontrar formas de resolver seus problemas”.

É através dessa óptica, que a educação ambiental deve assumir uma posição de promoção no que tange aos conhecimentos dos problemas existentes e interligados ao meio ambiente. Pergunta-se: como se pode desenvolver esse projeto como ações educativas, para que se possa permitir a tomada de consciência à realidade? E como análise, qual o tipo de relação existente nesse impasse, como intervenção, entre o homem e a natureza?

No entanto, a educação ambiental abordada nesse contexto social pode permitir a compreensão das características complexas do meio ambiente, como também, compreender e interpretar a sua interdependência entre os diversos elementos envolvidos que se interagem, mutuamente, com os seres vivos. Müller (1998), em relação ao envolvimento educação ambiental, argumenta: “essa gama de envolvimento entre os seres, o homem pode se utilizar racionalmente de tais recursos naturais, como a satisfação material, por vezes, espiritual, numa sociedade presente e no futuro”.

No entanto, a educação ambiental tem um importante papel de fomentar a percepção necessária de interação do ser com o meio ambiente. Guimarães (1995, p. 16), nesse paradigma, comenta:

[...] essa relação harmoniosa torna-se consciente num equilíbrio dinâmico da natureza possibilitando, o despertar de novos conhecimentos, valores e atitudes, inclusive, a inserção do educando e do educador como cidadãos, nesse processo de transformação do atual quadro ambiental de nosso planeta.

Essa tarefa como educação ambiental busca resgatar a recuperação do horizonte histórico entre o homem e a natureza. Pode-se dizer que a educação ambiental, de certa forma, procura romper a centralização da ideia mecanicista, na qual a natureza se faz inserida, porém, perde-se em qualidade, num mundo globalizado que parece ser apenas quantitativo. Por essa razão, a ideia mecanicista mostra-se centralizadora e fundamental, mas em termos de informação, torna-se insuficiente por não contribuir pela escassez de esclarecimentos em relação aos problemas transversais que hoje ocorre com mais frequência na natureza.

Essa ideia mecanicista referenciada está intimamente ligada à ideia de uma natureza sem vida, porque não, mecânica. Nesse sentido, Grün (1996) argumenta: “a natureza de cores, tamanhos, sons, cheiros e toque hoje é substituída por um mundo sem qualidades”. O pensamento de Grün pretende afirmar que o compromisso do homem não se utiliza apenas da ética ambiental para salvar o planeta Terra.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Essa pesquisa bibliográfica partiu das questões relacionadas à educação ambiental integrada ao Quilombo dos Kalungas numa abordagem qualitativa, seguindo os parâmetros conforme as especificações de Ludke (1986, p. 45):

A análise qualitativa ‘trabalha’ todo material obtido durante a pesquisa, ou seja, as observações, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis.

Também aborda-se a pesquisa participativa de Brandão (1984, p. 40):

Promover a produção coletiva de conhecimentos, rompendo com o monopólio do saber e da informação e permitindo que ambos se transformem em patrimônio dos grupos subalternos. Estabelecer relações entre os problemas individuais e coletivos, funcionais e estruturais, como parte da busca de soluções coletivas aos problemas enfrentados”.

O universo da pesquisa foi a comunidade do Engenho II do Quilombo dos Kalungas, no Município de Cavalcante – GO, distribuído entre famílias de pequenos agricultores, que apresentam boas condições, seja com relação ao tipo de terra ou infraestrutura existente.

Foi aplicado um questionário com um grupo de moradores e visitantes da comunidade de Engenho II com as quais foram discutidos um roteiro previamente elaborado, que relatou sobre as seguintes questões: “Qual a importância do ecoturismo para comunidade do Engenho II”; “Quais os impactos positivos e negativos do ecoturismo na comunidade do Engenho II? Entre outros”.

Os resultados do trabalho serão discutidos em reuniões, nas quais serão analisados via fotos e relato escrito e nos propomos a realizar encontros pedagógicos com a comunidade, momento em que tais resultados da pesquisa serão apresentados para os quilombolas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prevenção da degradação do meio ambiente e a acomodação dos resíduos sólidos, conhecidos por lixo, são identificados como sendo uma das maiores adversidades enfrentadas no meio rural e urbano, sendo uma preocupação da população e do poder público.

Dessa forma, o consumismo se move num constante crescimento, produzindo uma média mundial de 0,60 kg de lixo, por pessoa ao dia; gerando ao longo dos anos, uma medida cumulativa cada vez maior de resíduos sólidos, cuja destinação final continua inapropriado, ficando cada vez mais difícil o controle e o combate da poluição. Podemos citar, como exemplo, a comunidade dos kalungas que tem aproximadamente uma população de 9 mil habitantes, organizada em cerca de 60 comunidades em 42 localidades, vivendo numa área de 272 mil hectares, que compreende os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, no Estado de Goiás, tendo perfil predominantemente rural, exigindo a coleta e a sua destinação final, cerca de 1 mil toneladas produzidas de resíduos sólidos ao ano, sem destinação segura ou aproveitada.

Os critérios técnicos exigidos para a disposição final dos resíduos sólidos seria a coleta seletiva, na qual é o termo utilizado para o recolhimento dos materiais que são possíveis de serem reciclados, previamente separados na fonte geradora. Dentre estes materiais recicláveis podemos citar os diversos tipos de papéis, plásticos, metais e vidros, utilizados pela comunidade dos kalungas e os turistas que visitam a comunidade. A separação desses resíduos sólidos na fonte evita a contaminação dos materiais reaproveitáveis, aumentando o valor agregado destes e diminuindo os custos de reciclagem.

Para iniciar esse processo de coleta seletiva é preciso avaliar, quantitativa e qualitativamente, o perfil dos resíduos sólidos gerados na localidade, a fim de estruturar melhor o processo de coleta. O motivo desse processo de reciclagem seria o alto custo de instalação de um aterro no local, devido à necessidade urgente da cobertura diária, com terra, para se evitar a proliferação de mau cheiro, praguejamento de insetos e roedores, causados pela lavagem direta da chuva. Os resíduos dispostos a céu aberto além de caracterizar problemas ambientais na comunidade, causam mau cheiro, proliferação de insetos, contaminação do solo, do

lençol freático, dos cursos de água, agressão visual e natural, produção de metano, que afeta a camada de ozônio, além do ambiente se tornar propício e atrativo a roedores, que procuram no aterro alimentos fáceis, resultando, assim, sérios problemas de saúde pública para a comunidade dos kalungas.

Essa disposição inadequada dos resíduos sólidos tem sido uma preocupação constante dos órgãos ambientais do município de Cavalcante, e das promotorias do meio ambiente do Estado de Goiás, levando à Secretária Municipal do Turismo e Meio Ambiente uma proposta de elaboração de uma cartilha e palestra mensais de educação ambiental para comunidade dos kalungas.

4.1 Lixo e cidadania: a reciclagem como fator de preservação ambiental e qualidade de vida para os kalungas

Nas últimas décadas, podemos observar um crescimento no ecoturismo na comunidade dos kalungas, isso vem aumentando a dificuldade de manter a qualidade de vida da população, que, por sua vez, enfrentam problemas ambientais com o lixo. Embora algumas atitudes de manutenção dessa qualidade de vida dependam não só do poder público, mas principalmente da educação dos turistas e dos kalungas, na maioria das vezes há descuido por parte das pessoas em geral, que várias vezes omitem sua responsabilidade sobre o lixo deixado no ambiente que vive e frequenta. A falta de interesse ou responsabilização se dá, em grande parte, em decorrência da falta de envolvimento com a gestão do meio ambiente, mas principalmente da desinformação.

Em vista dessa desinformação, a educação ambiental assume um papel importante no desenvolvimento de valores, habilidades e conhecimentos relacionados à questão do meio ambiente, de forma a poder ajudar na elevação da qualidade de vida da população e no conforto dos frequentadores da comunidade dos kalungas. Mesmo que a conscientização não se dê somente dizendo o que deve ser feito de certo ou errado e às vezes não se consiga alterar os costumes e modos de vida apenas com filmes, dados e cartazes, pois é o acesso à informação que possibilita as mudanças de comportamento voltadas para ação saudável, visando o

bem de todos, daí a importância do papel da educação ambiental como ferramenta para conscientização da sociedade.

Segundo Dias (1992), a educação ambiental é de grande importância em relação ao desenvolvimento sustentável de uma comunidade, estado ou nação. Nesse paradoxo, pode-se afirmar que o lixo é tido como um vilão do meio ambiente, quando não tratado dentro dos princípios ditados pelos estudos científicos.

O principal desafio é o de estabelecer uma educação ambiental empreendedora, ou seja, que seja voltada para a transformação social, buscando em seu conteúdo relacionar os diversos níveis do homem: social, econômico, político e afetivo, para com isso poder ampliar a participação de todos no processo de preservação e garantir através da divulgação de informações um aumento no nível de consciência ambiental para estimular a comunidade dos kalungas e os turistas a participarem e se envolverem com a preservação ambiental, o que aumenta as chances de uma conscientização efetiva e nesse caso específico, surgindo uma mudança de comportamento com relação à concepção e às suas práticas relacionadas ao lixo.

Em levantamento feito, quase 70% dos domicílios da comunidade do Engenho II não tinham serviços de coleta de lixo organizado, ou seja, os dejetos sólidos eram depositados em lixões a céu aberto irregulares, podendo aproveitar boa parte dos lixos sólidos produzidos durante o dia a dia nas residências e até dos turistas que frequentam a comunidade.

Os lixos encontrados nos domicílios da comunidade do Engenho II são de origem de restos de alimentos, tais como: cascas de frutas, verduras, ossos em gerais, dentre outros; e mais, produtos deteriorados, tais como: jornais, revistas, garrafas, embalagens em geral, papel, além de outras diversidades de vários itens, como: latas de alumínio, vidros, pilhas, madeira, etc.

Segundo levantamento feito na comunidade, os lixos produzidos são compostos da seguinte forma:

Tabela 1: Composição dos resíduos sólidos na comunidade do Engenho II

Componentes	% do peso
Matéria orgânica	30
Plástico	25
Papel	20
Vidros	7

Metais	10
Madeiras	3
Outros	5

Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

A Tabela 1 deixa claro que a composição física dos resíduos orgânicos, plástico, papel, metais e vidros são a maioria significativa. Acarretando uma agressão à natureza e um desperdício de valores econômicos para a comunidade do Engenho II, ou seja, os materiais rejeitados movem valores quando reciclados e sua renda pode ser revertida à comunidade, seja na construção de uma creche ou de áreas de lazer para comunidade (quadra de esporte, *playground*, lavanderia comunitária, biblioteca, hortas, etc).

Esse aproveitamento dos lixos sólidos da comunidade do Engenho II representa uma solução inteligente, e, ao longo dos anos, apresentarão resultados satisfatórios, resultados esses conferidos como alternativas utilizadas em diversas cooperativas de catadores em várias cidades do Brasil.

A tabela 2 foca o rendimento e aproveitamento dos descartes indicando como cada material reciclado pode ser reaproveitado. Como podemos verificar no exemplo de 2,20kg de latas de alumínio, que condicionada podem virar 62 novas latas. E as garrafas pet podem ser utilizadas na fabricação de cerdas de vassouras, dentre outros utilitários, como também, embalagem de xampu podem servir para industrialização de sacos plásticos.

Tabela 2: Preços obtidos da venda de materiais reciclados.

Material reciclado	R\$ p/kg	Rendimento e aproveitamento
Alumínio (latas)	2,00	1kg = aprox. 70 unidades = 62 novas latas
Garrafa pet branca	0,70	4 garrafas = aprox. 1 conj. Cerdas para vassouras
Garrafa pet verde	0,65	4 garrafas = aprox. 1 conj. Cerdas para vassouras
Garrafa de água (azul)	0,40	12 garrafas = aprox. 1 conj. Cerdas para vassouras
Embalagem de xampu	0,40	25 garrafas = aprox. 1 conj. Cerdas para vassouras
Papelão	0,40	
Papel branco	0,45	
Papel misto (jornal)	0,08	
Vidros	0,04	1 garrafa de vidro = 1 garrafa de vidro
Material ferroso	0,11	

Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

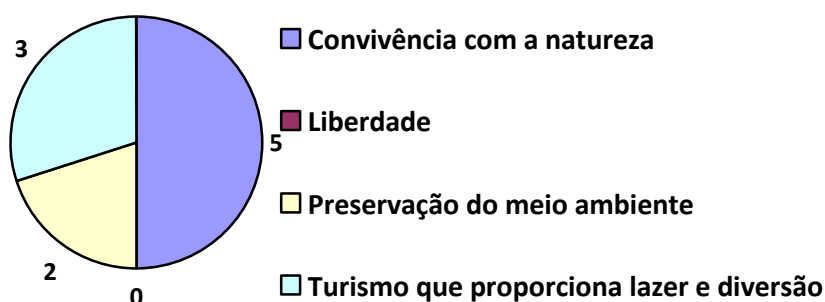
Podemos observar que o material reciclado pode ser valorizado quando vendido para uma fábrica de processamento de lixo. O reaproveitamento dos resíduos caracteriza uma educação ambiental correta, promovendo, assim, um ganho, tanto para a máquina pública, como para a sociedade, atendendo aos princípios ditados pelos estudiosos e cientistas em relação ao socorro tão necessário à natureza.

4.2 Análise dos resultados do questionário aplicado entre moradores e visitantes da Comunidade do Engenho II

No dia 23 de maio de 2014, foi aplicado um questionário com 10 (dez) perguntas fechadas, com o objetivo de diagnosticar o grau de conhecimento acerca da questão ambiental na Comunidade do Engenho II, nos Kalungas, no município de Cavalcante – GO. Participaram do questionário 6 (seis) moradores e 4 (quatro) visitantes da Comunidade do Engenho II, e os resultados foram transcritos em texto e gráfico para melhor visualização.

Na primeira questão, foi perguntado aos entrevistados sobre o que vem na memória quando escuta a palavra ecoturismo, 5 (cinco) vem na memória convivência com a natureza, 2 (dois) preservação do meio ambiente e 3 (três) turismo que proporciona lazer e diversão. Nessa primeira questão, foram aplicados 4 (quatro) itens, porém 1 (um) não houve resposta, que seria relacionado à liberdade.

Gráfico 1: O que vem a sua cabeça quando você escuta a palavra ecoturismo?

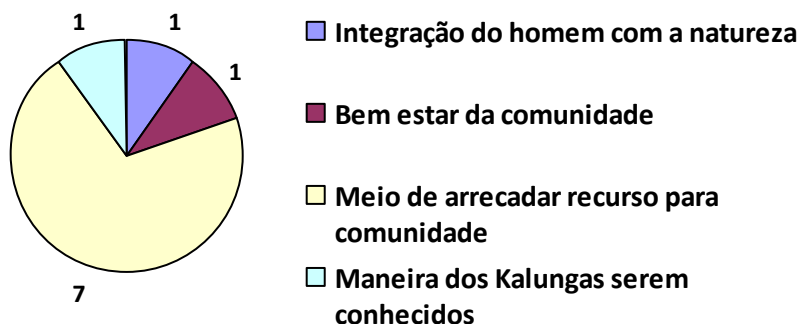


Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

Na segunda questão, foi perguntado aos entrevistados sobre a importância do ecoturismo para comunidade dos kalungas: 1 (um) respondeu que seria a

integração do homem com a natureza; 1 (um) respondeu que seria o bem-estar da comunidade; 7 (sete) responderam que é um meio de arrecadar recurso para comunidade e 1 (um) respondeu que seria a maneira dos kalungas serem conhecidos.

Gráfico 2: Qual a importância do ecoturismo para comunidade do Engenho II?

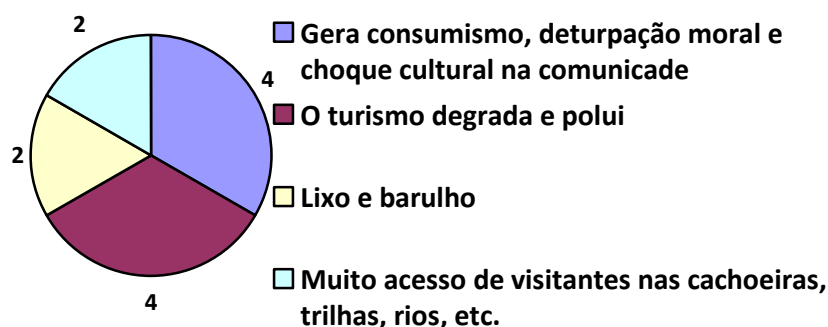


Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

Na terceira questão, foi perguntado aos entrevistados sobre quais os impactos positivos e negativos do ecoturismo na comunidade do Engenho II. Nessa questão, os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção por itens. Do ponto negativo, o item gera consumismo, deturpação moral e choque cultural. Na comunidade, teve 4 (quatro) escolhas; no item seguinte, o turismo degrada e polui teve 4 (quatro) escolhas; no terceiro item que está relacionado a lixo e barulho teve 2 (duas) escolhas e no último item, que seria relacionado a muito acesso de visitantes nas cachoeiras, trilhas, rios, etc., obteve 2 (duas) escolhas. Do ponto positivo o item: “o turismo sustenta a comunidade e gera emprego” teve 7 (sete) escolhas; o item seguinte fomenta a conscientização ambiental dos visitantes e visitados e teve 4 (quatro) escolhas; no terceiro item que está relacionado aos turistas que trazem culturas novas a comunidade teve 1 (uma) escolha e o penúltimo item, que fomenta a preocupação com o bem-estar da comunidade, obteve 3 (três) escolhas. O último item, que seria por trazer capacitação à população local, obteve 2 (duas) escolhas.

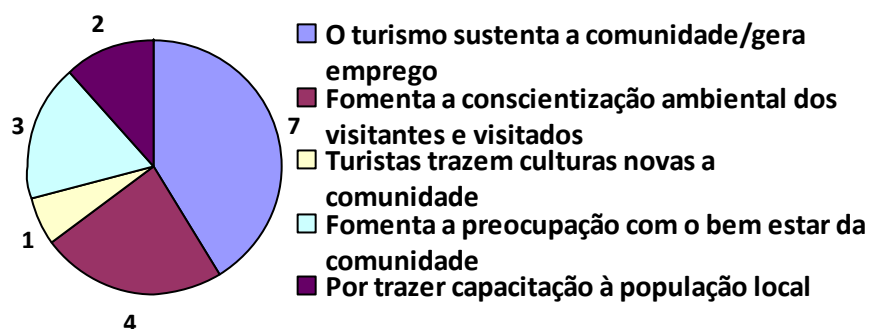
Gráfico 3: Quais os impactos positivos e negativos do ecoturismo na comunidade do Engenho II?

Negativo :



Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

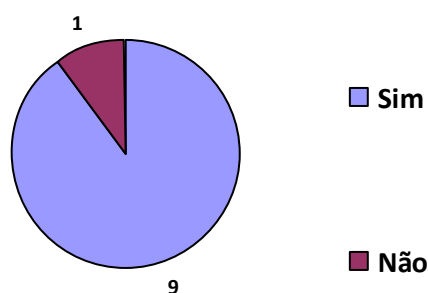
Positivo :



Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

Na quarta questão, foi perguntada a opinião em relação ao ecoturismo o qual contribui para a educação ambiental da comunidade do Engenho II, em relação a resolver problemas ambientais. Para essa questão só existem duas opções: sim ou não, sendo que 1 (um) entrevistado respondeu que sim e 9 (nove) responderam que não.

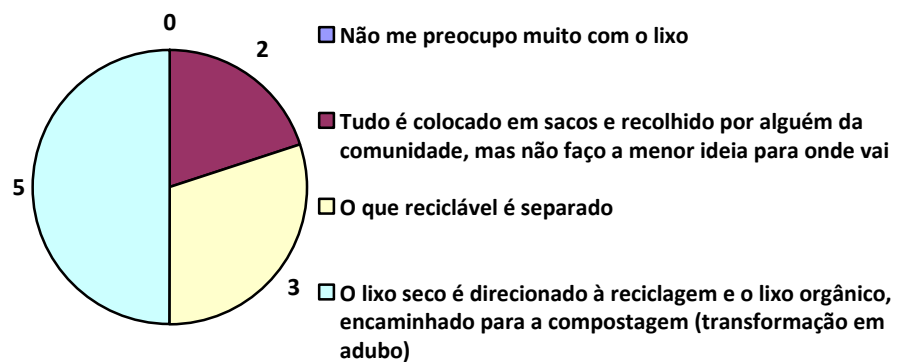
Gráfico 4: Na sua opinião, o ecoturismo contribui para a educação ambiental da comunidade do Engenho II, isto é, a enfrentar e resolver problemas ambientais?



Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

Na quinta questão, foi perguntado o que tem sido feito com os resíduos materiais (lixo) produzidos pelo ecoturismo. Essa questão teve quatro itens, sendo um “não me preocupo muito com o lixo”; não houve nenhuma resposta. Os outros itens tiveram as seguintes escolhas: 2 (dois) entrevistados escolheram o item “tudo é colocado em sacos e recolhido por alguém da comunidade, mas não faço a menor ideia onde vai”; 3 (três) entrevistados escolheram o item “o que é reciclável é separado” e a maioria, que foram 5 (cinco), escolheram o item “o lixo seco é direcionado à reciclagem e o lixo orgânico, encaminhado para a compostagem, ou seja, transformado em adubo para uma horta da comunidade.”

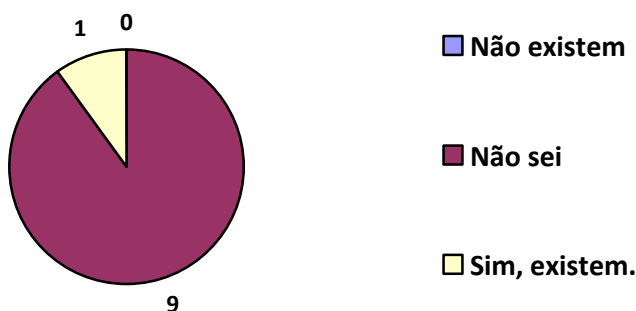
Gráfico 5: O que tem sido feito com os resíduos materiais (lixo) produzidos pelo ecoturismo?



Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

Na sexta questão, foi perguntado ao entrevistado sobre a existência de problemas ambientais na comunidade do Engenho II. Nessa questão, havia três itens, sendo um “não existem”, não houve nenhuma resposta. Os outros itens tiveram as seguintes escolhas: 9 (nove) entrevistados não sabiam responder se existiam problemas ambientais na comunidade e 1 (um) entrevistado respondeu que existiam, sendo que nesse item o entrevistado devia falar qual era o problema. E o problema está relacionado à degradação das trilhas para as cachoeiras e rios da comunidade do Engenho II.

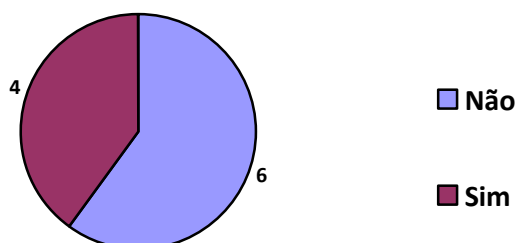
Gráfico 6: No seu entender, existem problemas ambientais na Comunidade do Engenho II?



Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

Na sétima questão foi perguntado ao entrevistado sobre se tem alguma atitude para melhorar as condições do meio ambiente da comunidade do Engenho II. Sendo que 6 (seis) entrevistados responderam que não; e 4 (quatro) responderam que sim, porém nesse item os entrevistados tinham que relacionar qual(is) seria(m) a(s) atitude(s) para melhorar as condições do meio ambiente da comunidade do Engenho II. Dessa forma, 3 (três) responderam que as atitudes estão relacionadas com a educação para os moradores e visitantes; e 1 (um) entrevistado respondeu que o lixo produzido por ele sempre coloca nas lixeiras.

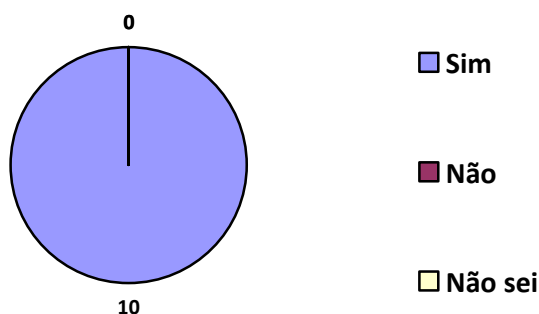
Gráfico 7: Você tem alguma atitude para melhorar as condições do meio ambiente?



Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

Na oitava questão, foi perguntada ao entrevistado a opinião em relação ao ecoturismo, se ele contribui para a educação ambiental. Em relação a resolver problemas ambientais da comunidade, todos os 10 (dez) entrevistados responderam que sim.

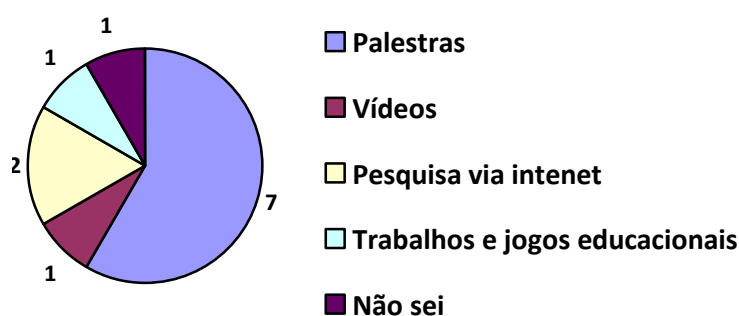
Gráfico 8: Na sua opinião, o ecoturismo contribui para a sua educação ambiental, isto é, a enfrentar e resolver problemas ambientais?



Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

Na penúltima questão, foi perguntado quais recursos a comunidade tem utilizado para discutir questões ambientais entre os moradores e visitantes. Dos entrevistados, 7 (sete) responderam que o recurso utilizado é palestra, 1 (um) respondeu que seria o vídeo educativo, 2 (dois) responderam que é feito pesquisa de determinado assunto via internet, para depois passar as informações para comunidade e visitantes. Um pesquisado respondeu que os recursos utilizados são trabalhos e jogos educativos, e 1 (um) não sabia responder.

Gráfico 9: Quais recursos a comunidade tem utilizado para discutir questões ambientais?

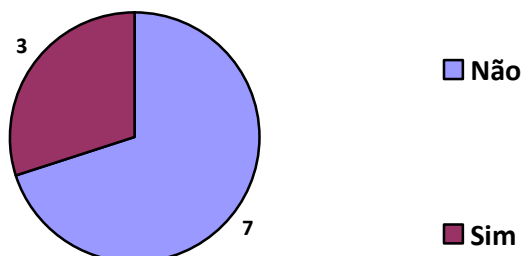


Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

E, na última questão, foi perguntado ao entrevistado se a comunidade desenvolve projetos na área ambiental no Engenho II. E de acordo com a resposta deveria relacionar qual(is) projeto(s). Sendo que 7 (sete) entrevistados responderam que a comunidade não desenvolve nenhum tipo de projeto ambiental na comunidade e 3 (três) responderam que sim. Um, com relação à horta na comunidade do

Engenho II e dois com relação à palestra durante o passeio para os visitantes da comunidade.

Gráfico 10: A comunidade desenvolve projetos na área ambiental? Quais?



Fonte: Produção do pesquisador a partir de dados levantados em campo.

Ao analisar o questionário aplicado na Comunidade do Engenho II juntamente com os gráficos, podemos perceber que o ecoturismo e a reciclagem do lixo são atividades necessárias para o futuro do povo kalunga, somando-se ao artesanato e os produtos produzidos com os frutos do cerrado, resultando uma forma de continuar a explorar os recursos que a natureza lhes deu, de forma consciente. Hoje em dia essas atividades são necessárias para a subsistência dos kalungas, tendo em vista que carecem adquirir insumos advindos da cidade como a exemplo, os produtos não produzidos na comunidade, obtendo nos recursos da natureza meios auxiliares de sobrevivência à disposição do povo Kalunga. Isso nos faz perceber que o processo de educação ambiental pressupõe conscientização articulada com as condições de sobrevivência, sendo um processo de longo e médio prazo no ecossistema.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Sabemos que o conceito de natureza é complexo, mas isso não significa que devemos abandonar as possibilidades de construí-lo e/ou compreendê-lo. Se não atentarmos para essa construção do conceito de natureza, permanecendo com uma visão reducionista acerca das próprias relações naturais do conhecimento científico, sem dúvida, estaremos condenados ao paradigma da simplificação. Morin descreve que a simplificação é a disjunção entre entidades separadas e fechadas, a redução a um elemento simples, a expulsão daquilo que não cabe no esquema linear. Em contraposição ao paradigma da simplificação, entendemos que, para trazer a discussão sobre a concepção de natureza, pensando numa prática científica em educação ambiental, deveríamos ter consciência de que estas são relações complexas. “Morin chama de paradigma da complexidade ao conjunto de princípios de inteligibilidade que, ligados uns aos outros, poderiam determinar as condições de uma visão complexa do universo, físico, biológico e antropossocial”.

A procura de autonomia e liberdade, os quilombolas escolheram locais isolados e de difícil acesso em várias regiões do Brasil, sendo que, em muitos desses locais, houve grande convivência com os índios e, com isso, trouxe troca de conhecimento. Assim como os povos indígenas, estes afrodescendentes viviam e até hoje vivem em comunidades denominadas quilombos. Tendo algumas dificuldades com agricultura, devido à falta de recursos financeiro, tecnológico e pessoas qualificadas, os quilombolas partiram para outras formas para subsistir, maneiras essa encontrada no artesanato, na agroindústria e no ecoturismo.

No quilombo dos Kalungas, não foi diferente. A região é rica em cachoeiras, rios e frutos do cerrado, que levaram a criar a Associação Quilombo Kalunga, que tem como principais objetivos:

promover a integração e o convívio social do nosso povo como forma de fortalecimento de nossa cultura; promover, incentivar e fomentar o desenvolvimento econômico e social, por meio de núcleos comunitários ou de associações comunitárias, focando no trabalho agrícola, pecuária e agroextrativismo, na agroecologia e no manejo dos recursos naturais do Cerrado; no artesanato, nas danças e outras manifestações culturais, para a produção sustentável e comercialização de seus produtos; participar do planejamento e da execução de programas governamentais que busquem o desenvolvimento socioeconômico de nossas comunidades; promover o desenvolvimento de atividades para a conservação e preservação do meio ambiente, ao uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de

empreendimentos ecologicamente corretos; fiscalizar, apoiar a execução e garantir construções e benfeitorias comunitárias; contribuir para a promoção, normatização, organização, fiscalização e realização do comércio de mercadorias, produtos culturais, bens e serviços resultantes do nosso trabalho; e realizar a gestão de recursos, para o desenvolvimento dos empreendimentos associativos dos Kalungas, bem como financiamentos, para nossos objetivos sociais.

A matéria de pesquisa desse trabalho foi o lixo, o desenvolvimento sustentável e a cidadania do povo kalunga, com foco na educação ambiental como forma de ferramenta para o ecoturismo local, envolvendo a comunidade do Engenho II e os visitantes para conscientização do que se refere ao consumo e o que se recicla para poder ser protagonistas desse processo sustentável, tão necessário à natureza e à qualidade da vida humana.

No decorrer dessa pesquisa, a política do desenvolvimento e da sustentabilidade foi vista de forma abrangente, e envolveu desde as dimensões ambientais até a cultura e social do povo kalunga. Em relação ao lixo, se faz necessária uma educação local entre os moradores e visitantes para uma melhor utilização do aproveitamento dos resíduos sólidos de forma reciclável, para gerar uma economia a mais para comunidade local.

O tempo utilizado não foi o suficiente diante do prazo estipulado para realização deste trabalho acadêmico. No geral, a pesquisa tornou-se muito importante por se tornar norteadora de nossa missão como cidadãos sociopolíticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Antônio C. Brito de & LIMA, Weruska Maria C. Maciel de Araújo. *Políticas Públicas: Lixo e cidadania para um desenvolvimento sustentável*. Recife-PE, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, 1997.
- _____, *Lei Federal nº 9.795, Lei da Educação Ambiental*, 1999.
- BINSWAHGER, Hans C. Fazendo a Sustentabilidade Funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis. *Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- DIAS, G.F. *Educação Ambiental, Princípios e Práticas*. São Paulo: Gaia, 1992.
- GRÜN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental: a Conexão Necessária*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- GUIMARÃES, Mauro. *A Dimensão Ambiental na Educação*. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas/SP: Papyrus, 1995.
- LUDKE, Menga e André. E. D. A Marli. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 20ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Marelhos Editores, 2012, p. 158-159.
- MANZOCHI, L.H.& TRAJBER.R. (org). *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos*. São Paulo; Gaia/Ecoar, 1996.
- MORIN, Edgar. *O método I: A natureza da natureza*. 3ª edição. Portugal: Europa-América, 1997.
- MULLER, Jackson. *Educação Ambiental – Diretrizes para a Prática Pedagógica*. Porto Alegre: Ed. FAMURS, 1998.
- OLIVEIRA, R. (Org.). *Uma História do Povo Kalunga*. Brasília: Ministério de Educação-MEC, 2001.
- PHILIPPI JR., Arlindo. *Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável*. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 88.
- Revista EDUCA. *O que são os quilombolas? Riqueza cultural desconhecida*. Entrevista com José Maurício Arruti. Realizada em 03/03/2010.
- SANTOS, J.B. *O Conceito de Quilombos: distância entre a academia e os quilombolas*. Portal Jurídico Investidura, 28 jul. 2009.

ANEXO

MODELO DE QUESTIONÁRIO

Entrevista n°. _____

Essa pesquisa tem como objetivo diagnosticar o grau de conhecimento acerca da questão ambiental da Comunidade dos Kalungas no município de Cavalcante - GO.

1) O que vem a sua cabeça quando você escuta a palavra ecoturismo?

- () Convivência com a natureza;
- () Liberdade;
- () Preservação do meio ambiente;
- () Turismo que proporciona lazer e diversão.

2) Qual a importância do ecoturismo para comunidade do Engenho II?

- () Integração do homem com a natureza;
- () Bem estar da comunidade;
- () Meio de arrecadar recurso para comunidade;
- () Maneira dos kalungas serem conhecidos.

3) Quais os impactos positivos e negativos do ecoturismo na comunidade do Engenho II?

Negativo:

- () Gera consumismo, deturpação moral e choque cultural na comunidade.
- () O turismo degrada e polui
- () Lixo e barulho
- () Muito acesso de visitantes nas cachoeiras, trilhas, rios, etc.
- () Barulho.

Positivo:

- () O turismo sustenta a comunidade/gera emprego;
- () Fomenta a conscientização ambiental dos visitantes e visitados;
- () Turistas trazem culturas novas aos locais;
- () Fomenta a preocupação com o bem-estar da comunidade;
- () Por trazer capacitação à população local.

4) Na sua opinião, o ecoturismo contribui para a educação ambiental da comunidade do Engenho II, isto é, a enfrentar e resolver problemas ambientais?

- () Sim.
- () Não.

5) O que tem sido feito com os resíduos materiais (lixo) produzidos pelo ecoturismo?

- Não me preocupo muito com o lixo;
- Tudo é colocado em sacos e recolhido por alguém da comunidade, mas não faço a menor ideia para onde vai;
- O que reciclável é separado;
- O lixo seco é direcionado à reciclagem e o lixo orgânico, encaminhado para a compostagem (transformação em adubo).

6) No seu entender, existem problemas ambientais na Comunidade do Engenho II?

- Não existem.
- Não sei.
- Sim, existem. Qual(is): _____

7) Você têm alguma atitude para melhorar as condições do meio ambiente?

- Não.
- Sim. Qual(is): _____

8) Na sua opinião, o ecoturismo contribui para a sua educação ambiental, isto é, a enfrentar e resolver problemas ambientais?

- Sim
- Não
- Não sei

9) Quais recursos a comunidade tem utilizado para discutir questões ambientais?

- Palestras
- Vídeos
- Pesquisa via Internet
- Trabalhos e jogos educacionais
- Não sei

10) A comunidade desenvolve projetos na área ambiental? Quais?

- Não.
- Sim. Qual(is): _____